

PORTARIA Nº 1.028, DE 15 DE MAIO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a existência de um grande número de Portarias ministeriais editadas após a publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujos efeitos já se exauriram, que caíram em desuso ou que já se encontram implicitamente revogadas por legislação superveniente e hierarquicamente superior;

considerando a revogação do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e a edição do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino;

considerando a conveniência de simplificar a consulta dos atos normativos que regem a educação superior; e considerando o disposto no art. 9º da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, bem como o disposto no art. 21 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002; resolve:

Art. 1º Ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos, ficam declaradas revogadas as Portarias relacionadas no Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD
(DOU Nº 92, 16/5/2006, SEÇÃO 1, P. 10)

ANEXO

Portaria nº 385, de 28 de abril de 1995;
Portaria nº 780, de 04 de julho de 1997;
Portaria nº 946, de 15 de agosto de 1997;
Portaria nº 301, de 07 de abril de 1998;
Portaria nº 64, de 12 de janeiro de 2001;
Portaria nº 1985, de 10 de setembro de 2001;
Portaria nº 386, de 05 de fevereiro de 2004;
Portaria nº 1264, de 13 de maio de 2004;
Portaria nº 2477, de 18 de agosto de 2004;
Portaria nº 3065, de 30 de setembro de 2004;
Portaria nº 3643, de 09 de novembro de 2004;
Portaria nº 4035, de 08 de dezembro de 2004;
Portaria nº 4360, de 29 de dezembro de 2004;
Portaria nº 2114, de 16 de junho de 2005;
Portaria nº 2578, de 21 de julho de 2005;
Portaria nº 3060, de 06 de setembro de 2005;
Portaria nº 3225, de 21 de setembro de 2005.

EMENTÁRIO DAS PORTARIAS ORA REVOGADAS

Portaria nº 385, de 28 de abril de 1995.

(DOU, Seção 1, 2/5/1995, p. 6.113).

Dá nova redação ao art. 5º da Portaria 1.714, de 14/12/1994 ([Que susta, até a instalação do CNE, de processos de autorização de cursos fora de sede e outras providências](#)).

[Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.](#)

Portaria nº 780, de 4 de julho de 1997.

(DOU, Seção 1, 8/7/1997, p. 14.375)).

Define o recolhimento de taxa de serviço para credenciamento de instituições ou a autorização de cursos superiores.

[Anulada Pela Portaria nº 946, de 15/8/1997 / Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.](#)

Portaria nº 946, de 15 de agosto de 1997.

(DOU, Seção 1, 18/8/97, p. 17.841).

Instituiu o recolhimento da quantia de R\$ 700,00 para solicitação de credenciamento de IES ou autorização de cursos superiores.

[Revogada pela Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004. / Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.](#)

Portaria nº 301, de 7 de abril de 1998.

(DOU, Seção 1, 9/4/1998, p. 110).

Estabelece normas de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e de educação profissional tecnológica a distância.

Revogada pela Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004./ Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 64, de 12 de janeiro de 2001.

(DOU nº 10-E, Seção 1, 15/1/2001, p. 11).

Define os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional (cursos superiores de tecnologia) e sua renovação, no sistema federal de ensino.

Revogada pela Portaria MEC nº 4.361 de 29/12/2004. / Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 1.985, de 10 de setembro de 2001.

DOU nº 174-E, Seção 1, 11/9/2001, p. 41).

Estabelece critérios e procedimentos para a suspensão do reconhecimento e a desativação de cursos de graduação, e dispõe sobre a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários do sistema federal de ensino.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006..

Portaria nº 386, de 05 de fevereiro de 2004.

(DOU nº 26, Seção 1, 6/2/2004, p. 19).

Prorroga Prazo de que trata o art. 3º da Portaria nº 3.284, de 7/11/2003 (Portadores de necessidades especiais)

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 1.264, de 13 de maio de 2004.

(DOU nº 92, Seção 1, 14/5/2004, p. 10).

MEC define a tramitação e homologação dos processos de autorização de cursos e credenciamento de IES.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 2.477, de 18 de agosto de 2004.

(DOU nº 160, Seção 1, 19/8/2004, p. 19).

Regulamenta procedimentos de autorização de cursos superiores de graduação em Instituições de Ensino Superior.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 3.065, de 30 de setembro de 2004.

(DOU nº 190, Seção 1, 1º/10/2004, p. 17).

Prioridade na autorização de cursos.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 3.643, de 9 de novembro de 2004.

(DOU nº 216, Seção 1, 10/11/2004, p. 18)

MEC define novas regras para credenciamento de IES, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 4.035, de 8 de dezembro de 2004.

(DOU nº 236, Seção 2, 9/12/2004, p. 8)

Designa membros para compor o grupo de trabalho responsável pela implantação do Modelo de Gestão de administração integrada dos processos de avaliação e regulação das instituições e dos cursos de educação superior do Sistema Federal de Ensino Superior do MEC.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 4.360, de 29 de dezembro de 2004.

(DOU nº 251, 29/12/2004, Seção 1, p. 66)

Estabelece punição para as IES em processo de credenciamento e as credenciadas pelo MEC, bem como suas respectivas entidades mantenedoras, que iniciaram/em a oferta de cursos superiores sem autorização do MEC.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 2.114, de 16 de junho de 2005.

(DOU nº 155, 17/6/2005, Seção 1, p. 8)

Prorroga os prazos do processo de concessão de financiamento, pelo FIES, aos bolsistas selecionados pelo PROUNI no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2005.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 2.578, de 20 de julho de 2005.

(DOU nº 140, Seção 1, 22/7/2005, p. 22)

Altera os prazos para contratação do financiamento disponibilizado pelo FIES aos bolsistas parciais selecionados pelo PROUNI no processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2005.

Ver Portaria MEC nº 1.861, de 1º/6/2005. / Ver Portaria MEC nº 2.114, de 16/6/2005.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 3.060, de 6 de setembro de 2005.

(DOU nº 173, Seção 1, 8/9/2005, p. 22)

Da nova redação ao *caput* do art. 4º da Portaria 2.413/2005 (Dispõe sobre reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de tecnologia.

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.

Portaria nº 3.225, de 21 de setembro de 2005.

(DOU nº 183, Seção 1, 2/9/2005, p. 16)

Revoga a Portaria MEC nº 3.060, de 6/9/2005 (Que revoga art. da Portaria 2.413/2005 (Dispõe sobre reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de tecnologia.)

Revogada pela Portaria MEC nº 1.028, 15/5/2006.